PLENÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Documento Orientador dos Grupos de Trabalho

APRESENTAÇÃO

A Plenária Municipal de Saúde constitui espaço democrático e participativo de formulação, avaliação e fortalecimento das políticas públicas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Trata-se de um importante instrumento de participação social, permitindo a deliberação coletiva sobre diretrizes e propostas voltadas à qualificação do cuidado, ao fortalecimento da gestão pública e à ampliação do acesso à saúde.

O presente documento orientador apresenta diretrizes e propostas para a esfera municipal e também diretrizes para as esferas estadual e nacional, servindo de base para subsidiar os trabalhos em sala, estando em total consonância com os instrumentos de planejamento do SUS listados abaixo e que refletem, fidedignamente, a vontade da participação social ocorrida nesses espaços democráticos e deliberativos, quais sejam:

I – Plano Municipal de Saúde 2026–2029;

II – Programação Anual de Saúde;

III – Relatórios Anuais de Gestão;

IV – Deliberações da 19ª Conferência Municipal de Saúde;

V – Deliberações da 5ª Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

VI – Instrumentos de planejamento e gestão do SUS previstos na legislação vigente.

Sendo assim, seguindo todos os instrumentos acima e os critérios estabelecidos nos documentos orientadores da 10ª Conferência Estadual de Saúde e da 18ª Conferência Nacional de Saúde, assim como os estabelecidos pela Resolução nº 31.05.2026 – CMS/SS que aprovou o Regulamento da Plenária Municipal, temos que:

- **os participantes dos grupos de discussão dos eixos temáticos poderão complementar, fortalecer ou revisar o texto das diretrizes e propostas apresentadas por eixo temático;**
- **os participantes deverão priorizar, através de votação, as diretrizes para cada esfera (municipal, estadual e nacional).**

As diretrizes municipais aprovadas, *e suas respectivas propostas vinculadas*, terão caráter orientador para futuras readequações dos instrumentos de planejamento e gestão do SUS no Município de Santo André.

ORIENTAÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Durante os debates, recomenda-se:

- Atentar-se ao eixo temático em discussão;
- Buscar objetividade, clareza e coerência nos ajustes propostos, evitando textos longos e de difícil compreensão;
- Complementações propostas deverão considerar a viabilidade técnica, financeira e operacional das ações;
- Considerar os princípios e diretrizes do SUS, o planejamento municipal vigente e as deliberações das conferências municipais anteriores, fortalecendo a continuidade das políticas públicas e das ações estruturantes do SUS.

ORIENTAÇÕES PARA OS TRABALHOS EM GRUPO

O produto final das discussões em grupo deverá, em votação:

- **Definir 2 diretrizes por eixo (municipal) e suas propostas vinculadas (combo)**
- **Definir 1 diretriz por eixo (estadual)**
- **Definir 1 diretriz por eixo (nacional)**
- **Eleger pessoas delegadas para a participação na Etapa Macrorregional** (que ocorrerá entre fevereiro e março de 2027)

Definição:

DIRETRIZ: Expressão orientadora de formulação política, que indica prioridades, estratégias e caminhos para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS;

PROPOSTA: Ação, iniciativa ou medida concreta destinada à operacionalização das diretrizes aprovadas.

Atenção: No caso da esfera **MUNICIPAL**, cada diretriz trazida para os debates possui 3 (três) propostas vinculadas. Então, a diretriz que for aprovada, automaticamente, aprovará as propostas a ela vinculadas também (máximo 3 propostas por diretriz municipal).

Condução dos trabalhos:

1. O facilitador fará a **leitura de todo o documento**: texto-base, diretrizes e propostas de todas as esferas (municipal, estadual e nacional)

2. Após, abrirá tempo para tirar eventual dúvida sobre o documento ou dinâmica do dia (*aqui não cabe ainda falar especificamente sobre as diretrizes/propostas, apenas um tira-dúvidas)*.

3. Feitos todos os esclarecimentos e tiradas as dúvidas, o facilitador fará novamente a leitura e, desta vez, perguntará **"ALGUÉM DESEJA APRESENTAR DESTAQUE NESTA DIRETRIZ?**

4. O interessado em se manifestar deverá levantar a mão e pedir por **DESTAQUE**, podendo então propor complementações ou ajustes que fortaleçam sua redação.

5. Será dado até **3 minutos** para que o mesmo apresente sua sugestão.

6. O relator fará a **anotação do destaque logo abaixo a diretriz original destacada**, mencionando o nome do solicitante.

7. Se houver mais de um pedido de Destaque, repetir o processo.

8. **ATENÇÃO:** Somente terá direito de fala sobre alguma diretriz/proposta, aquele que se manifestar **em tempo oportuno**, ou seja, aquele que pedir por DESTAQUE logo após a pergunta do facilitador. Isso é fundamental para que haja **ordem na condução dos trabalhos.**

9. Aos demais participantes pedimos que respeitem o tempo de fala daquele que pediu o destaque. **Não caberá destaque do destaque**.

10. Será através da votação que os participantes poderão se manifestar favorável ou não ao que foi apresentado em destaque.

11. Anotados todos os destaques, iniciará a votação tanto das diretrizes originais (sem destaque) quanto das diretrizes com destaque.

COMO VOTAR?

VOTAÇÃO POR LEVANTAMENTO DE CRACHÁ/MÃO

Mais simples. Mais rápido. Mais transparente.

Relator/Apoio: Anotar a quantidade de presentes no momento da votação.

Facilitador lê a Diretriz.

Será perguntado:
Quem é a favor? (anotar a quantidade)
Quem é contrário? (anotar a quantidade)
Quem se abstém? *(abster-se é não querer participar dessa decisão de aprovar ou não, mantendo-se neutro)* (anotar a quantidade)

Para ser aprovada a diretriz precisará ter 70% ou mais de votos A FAVOR.

É primordial que todos se manifestem no momento da votação, pois, a soma de todos os votos (a favor / contrário / abstenção) deverá bater com a quantidade de participantes presentes.

A(s) diretriz(es) mais votadas serão priorizadas conforme a quantidade abaixo:

- **2 diretrizes por eixo (municipal) e suas propostas vinculadas (combo)**
- **1 diretriz por eixo (estadual)**
- **1 diretriz por eixo (nacional)**

Se houver empate, os participantes votam novamente para priorizar as diretrizes conforme a quantidade acima.

A relatoria deverá registrar tudo em ata para que não haja questionamentos posteriores.

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS PARA A ETAPA MACRORREGIONAL

Serão eleitos **24 (vinte e quatro) delegados** para participação na Etapa Macrorregional da 10ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo, observada a seguinte composição paritária:

12 (doze) representantes do segmento usuários;

06 (seis) representantes do segmento trabalhadores da saúde;

06 (seis) representantes do segmento gestores/prestadores.

Poderão ser eleitos suplentes no percentual de até 20% por segmento.

Encerrados os trabalhos nos grupos de discussão, iremos proceder a eleição dos delegados e para isso precisaremos dividir os segmentos em salas distintas (usuários, trabalhadores e gestores/prestadores). Aguardar orientações da Comissão Organizadora.

A votação será aberta e restrita às pessoas que tenham previamente manifestado interesse em concorrer ao processo eleitoral no ato da inscrição da Plenária Municipal.

Não havendo número suficiente de pessoas previamente inscritas e interessadas em concorrer ao processo eleitoral para preenchimento das vagas de delegados na Etapa Macrorregional, será facultada a inscrição de candidaturas no momento da realização do processo eleitoral, observada a respectiva representação por segmento.

Serão consideradas eleitas as pessoas mais votadas em cada segmento, observada a ordem decrescente de votação.

Preenchidas as vagas e havendo candidaturas excedentes, os nomes comporão a lista de suplência, obedecida à ordem decrescente de votação, conforme segue:

04 (quatro) suplentes para o segmento usuários;

02 (dois) suplentes para o segmento trabalhadores da saúde;

02 (dois) suplentes para o segmento gestores/prestadores.

RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS

O resultado dos debates e votação das diretrizes de cada eixo temático e o resultado da eleição dos delegados por segmento será consolidado pela equipe de relatoria no RELATÓRIO FINAL, a ser homologado em Plenária (Auditório).

Função da Plenária Final:

✨ Homologar o consolidado produzido em cada grupo dos eixos temáticos.
(aprovação por aclamação)
✨ Homologar a Eleição dos Delegados para a Etapa Macrorregional.
(aprovação por aclamação)
✨ Apreciação e deliberação de eventuais moções apresentadas
✨ Nessa etapa não será permitido abrir novas discussões ou novos destaques.

🟩 EIXO 1 — DEMOCRACIA, SAÚDE COMO DIREITO E SOBERANIA NACIONAL

Texto-Base

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal e efetivado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), política pública construída a partir da participação popular, do controle social e da defesa da cidadania. A consolidação desse direito exige não apenas acesso universal aos serviços de saúde, mas também fortalecimento dos espaços democráticos de participação e formulação das políticas públicas.

Apesar dos avanços históricos do SUS, persistem desigualdades relacionadas ao acesso aos serviços e à participação social, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social, econômica, racial, territorial e de gênero. Também permanecem desafios relacionados à transparência pública, à comunicação em saúde e à efetiva incorporação das deliberações populares nos processos de planejamento e gestão.

O fortalecimento dos Conselhos de Saúde, da educação cidadã em saúde e dos mecanismos de transparência e comunicação pública constitui estratégia essencial para ampliar o protagonismo social e consolidar o SUS como política de Estado comprometida com a equidade, a participação social e a defesa da vida.

Vamos refletir sobre:

- Como está o acesso à saúde?
- Quem ainda fica de fora e por quê?
- Os conselhos e conferências de saúde estão funcionando de forma efetiva?
- O que precisa melhorar?
- Como fortalecer o controle social no SUS?
- Quais populações enfrentam maiores barreiras de acesso à saúde?
- Como enfrentar desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero?
- Como garantir transparência e acesso à informação em saúde?
- O que significa, na prática, garantir a saúde como direito de todos?
- Como fortalecer o SUS como política de Estado e não apenas de governo?

🟦 EIXO 2 — FINANCIAMENTO ADEQUADO E SUFICIENTE PARA O SUS, COM BASE NA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E NA SUSTENTABILIDADE FISCAL E SOCIAL

Texto-Base

O financiamento adequado e sustentável do SUS é condição essencial para garantir acesso universal, qualidade da assistência e redução das desigualdades em saúde. O aumento das demandas assistenciais, o envelhecimento populacional, as mudanças epidemiológicas e a incorporação tecnológica ampliam continuamente os desafios relacionados à sustentabilidade financeira do sistema.

Os municípios enfrentam dificuldades relacionadas ao subfinanciamento histórico do SUS e à necessidade de aprimorar mecanismos de planejamento, monitoramento, transparência e racionalização do uso dos recursos públicos.

Nesse cenário, torna-se fundamental fortalecer a gestão estratégica, ampliar a transparência orçamentária e garantir mecanismos de financiamento mais equitativos, considerando vulnerabilidades sociais, necessidades territoriais e perfil epidemiológico da população.

Vamos refletir sobre:

- Os recursos atuais são suficientes para atender às necessidades da população?
- Onde estão as principais lacunas de financiamento no SUS?
- Como melhorar a distribuição de recursos entre regiões?
- O financiamento atual promove equidade?
- Como ampliar o financiamento público da saúde?
- Como garantir maior transparência na aplicação dos recursos?
- O controle social acompanha o orçamento da saúde? Como fortalecer esse papel?
- Como melhorar a eficiência e a qualidade do gasto público em saúde?

🟧 EIXO 3 — OS DESAFIOS PARA O SUS NA AGENDA NACIONAL DA DEFESA DA VIDA E DA SAÚDE: EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Texto-Base

As transformações sociais, ambientais, demográficas e tecnológicas impõem novos desafios ao SUS e exigem capacidade contínua de adaptação, inovação e fortalecimento das políticas públicas de saúde. O aumento das doenças crônicas, os impactos das mudanças climáticas, as emergências sanitárias, as desigualdades sociais e o sofrimento psíquico ampliam a complexidade das demandas em saúde.

Os efeitos das mudanças climáticas, das crises ambientais e das desigualdades territoriais atingem de forma mais intensa populações vulnerabilizadas, ampliando riscos sanitários, insegurança alimentar, doenças relacionadas ao ambiente e eventos extremos.

Além disso, o fortalecimento da força de trabalho em saúde, a valorização profissional, a incorporação qualificada de tecnologias e a integração entre políticas públicas tornaram-se elementos centrais para garantir respostas efetivas às necessidades da população.

Vamos refletir sobre:

- Quais são os principais problemas de saúde hoje?
- O SUS está preparado para emergências sanitárias (pandemias, epidemias)?
- Como as mudanças climáticas impactam a saúde da população?
- O sistema de saúde está preparado para eventos extremos (enchentes, ondas de calor, secas)?
- Como está a situação dos trabalhadores da saúde (condições, valorização, formação)?
- A tecnologia está sendo bem utilizada no SUS? Onde pode melhorar?
- Quais são os principais gargalos na organização dos serviços?
- Como fortalecer a articulação entre saúde e outras políticas públicas?
- Que inovações podem melhorar o SUS?

🟥 EIXO 4 — MODELO DE ATENÇÃO E GESTÃO, TERRITÓRIOS INTEGRADOS E CUIDADO INTEGRAL

Texto-Base

A consolidação das Redes de Atenção à Saúde exige integração entre os diferentes níveis assistenciais, qualificação da gestão do cuidado e fortalecimento da Atenção Primária à Saúde como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado.

Persistem desafios relacionados ao acesso oportuno aos serviços, à fragmentação dos fluxos assistenciais, à regulação do acesso e à necessidade de ampliar a resolutividade do sistema. Além disso, a humanização do cuidado, a integração entre os serviços e o fortalecimento das linhas de cuidado permanecem fundamentais para garantir qualidade da assistência prestada à população.

A organização territorial das ações de saúde, a articulação entre os serviços da rede e a integração entre políticas públicas tornam-se essenciais para garantir cuidado integral, equidade e resposta adequada às necessidades dos diferentes territórios.

Vamos refletir sobre:

- A população consegue acessar os serviços de saúde de forma oportuna?
- A Atenção Primária está funcionando como porta de entrada do sistema?
- Como está a integração entre os diferentes níveis de atenção?
- A regulação do acesso (filas, exames, encaminhamentos) funciona adequadamente?

- Como melhorar a qualidade e a resolutividade do atendimento?
- Como garantir um atendimento mais humanizado?
- A gestão do SUS está respondendo às necessidades da população?
- Como fortalecer a organização das Redes de Atenção à Saúde?
- O que precisa mudar na gestão para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços?